

Retirar o vinho da Roda dos Alimentos é "insensato" e "imprudente"

Págs. II-III



Área de estufas no Sudoeste Alentejano tem potencial para duplicar

Págs. VI-VII



Destaques

Alterações ao Regime de entrada e permanência de cidadãos estrangeiros "abre caminho a muitos comportamentos oportunistas"

Págs. 4-5

Governo reforça poderes da ASAE e não agrava coimas nas vendas com prejuízo

Pág. 8

Schreiber Foods em laboração contínua para reforçar produção em Portugal

Pág. 8

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Vinho com bom senso

Receio que estejamos paulatinamente a construir um estado policial em Portugal, ao invés de trabalharmos com afinco desde o berço numa cultura de educação e de civismo.

Vejam os.

1. A lei que penaliza com elevadas coimas (de 200 a 4000 euros) quem deite beatas para o chão – estranhamente não multando quem deita os maços vazios, garrafas ou palhinhas de plástico, pacotes de sumos ou leite com chocolate, chicles mascarados ou quem repugnantemente escarra na via pública ou não puxa o autoclismo quando se serve de um sanitário público -, foi aprovado no Parlamento em julho. Votaram a favor PS, PAN, BE e PEV; contra o CDS; abstiveram-se o PSD, PCP e cinco deputados do CDS, incluindo Assunção Cristas.

2. Quem não depositar o lixo nos contentores em boas condições de higiene e estanquicidade, regar plantas ou lavar pátios, varandas e janelas deixando cair água no espaço público ou quem der alimentos a animais na rua gerando focos de insalubridade, é punido. Há multas até 5000 euros.

3. Dois terços dos alimentos das máquinas de venda automática nas escolas vão ser proibidos.

4. É proibida a publicidade a bebidas e alimentos com elevados níveis de sal, açúcar e gorduras em escolas, parques infantis, cinemas e outros locais frequentados por menores de 16 anos.

5. Como se não bastasse, agora está em cima da mesa a retirada do vinho, em consumo moderado, da Roda dos Alimentos, no âmbito da revisão do Programa Nacional Para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS). Como se o vinho fosse um mau alimento. Maria João Gregório, Diretora do PNPAS, invoca o que diz ser "a evidência mais recente", a de que "hoje não há qualquer nível de ingestão de álcool que possa ser considerado seguro e sem riscos para a saúde".

É certo que cada português consome, em média, 54 litros de vinho por ano, o que faz do país (englobando os turistas que nos visitam) o maior consumidor mundial de vinho 'per capita'.

Mas, sejamos razoáveis: 54 litros em 365 dias/ano dá, em média, 0,15 litros/dia. Pioraremos gravemente a saúde se bebermos 0,15 litros por dia? Ao ponto de o vinho ser responsável pelos riscos para a saúde, nomeadamente das novas gerações, desaconselhando-o? Ou esqueceram-se da vodca, do whisky, do gin e outras bebidas espirituosas consumidas nos bares e discotecas e que ninguém controla? Não estaremos a fazer do vinho um bode expiatório para outros males e a descurar a frente de combate, a começar na família, por uma melhor educação para o consumo, a cidadania, a saúde e o civismo?

Comungo em absoluto do sentimento do presidente da ViniPortugal: acima de tudo, "discernimento e bom senso".

ESPECIALISTAS DO SETOR DO VINHO MOSTRAM ESTUPEÇÃO E CONVERGEM NAS CRÍTICAS

Retirar o vinho da Roda dos Alimentos é “insensato” e “imprudente”

É um facto: nos objetivos para os anos 2019-2020 do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) não há, expressa, qualquer menção à retirada do vinho, em consumo moderado, da Roda dos Alimentos, ali previsto desde 2016. Mas o tema é latente e o receio de que a medida avance é real. Maria João Gregório, a nova diretora do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS), assume que o assunto deverá ser discutido em termos técnicos por um grupo de trabalho a criar para o efeito. Invoca o que diz ser “a evidência mais recente” de que “hoje não há qualquer nível de ingestão de álcool que possa ser considerado seguro e sem riscos para a saúde”. A “Vida Económica” foi ouvir o setor do vinho. Entre a estupefação e a discordância, as opiniões são unânimes: inverter uma recomendação da própria Direção-Geral de Saúde pode ser “no mínimo imprudente”. Até porque “o vinho já não é hoje a bebida alcoólica mais consumida em Portugal”. Acima de tudo, é preciso “discernimento e bom senso”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O presidente da ViniPortugal não ignora que o Lancet Journal publicou, em agosto de 2018, um estudo que referia não existir nenhum “nível seguro de consumo de álcool”. E que essa conclusão, “profundamente divulgada, mobilizou os ativistas anti-álcool”.

O problema é que esses ativistas anti-álcool viram esta publicação, mas, diz Jorge Monteiro, “não querem ver as publicações mais recentes da mesma revista, onde diversos (não um) investigadores lançam severas dúvidas acerca da metodologia seguida pelo dito estudo publicado em 2018”. E “como sabemos que uma mentira lançada no ar (sobretudo sendo uma má notícia), por mais que a desmintamos, nunca mais será o que

revelou publicamente a meados de julho que a retirada do vinho da Roda dos Alimentos deverá ser discutida em termos técnicos.

A “Vida Económica” perguntou a Jorge Monteiro – e, de resto, a todos os especialistas que consultámos para este artigo – se concorda que o vinho seja retirado da Roda dos Alimentos. O Presidente da ViniPortugal foi lapidar: “se concordo?, claro que não!”.

Mas o que verdadeiramente o preocupa “não é a Roda dos Alimentos, mas os princípios que estão por detrás desta atitude”, pois, diz, “é notória a tendência para as medidas simplistas, que mais que resolver os problemas da sociedade criam a ilusão de que os resolvem”.

Jorge Monteiro prefere, pois, “a educação, a consciencialização e a responsabilização do indivíduo, por via de uma atitude mais pedagógica, do que atitudes proibicionistas, que procuram minorar e desresponsabilizar o cidadão, substituindo-o por um ‘big brother’ qualquer”. E prefere “a sensibilização para o consumo moderado e um consumo responsável” e “uma visão de ‘bem-estar’ do indivíduo”, mais do que “uma visão absolutista de saúde”. Prefere também “ler, escutar e aprender com investigadores de mente aberta, sem ideias preconcebidas, não fundamentalistas, do que [com] muitos que, quando arrancam, já sabem as conclusões a que vão chegar”.

CRVV: o vinho tem “benefícios mais do que provados”

O presidente da CVR dos Vinhos Verdes foi parco nas palavras. Incisivo, porém. Disse à “Vida Económica” que esta proposta “faz parte de uma orientação proibicionista que aposta cada vez mais na imposição de regras e cada vez menos na formação para o consumo inteligente”.

A região do Vinho Verde produziu 759 757 hectolitros de vinho em 2018 e, quanto às vendas, ultrapassou, pela primeira vez, a fasquia dos 50% de expor-

Manuel Pinheiro é lapidar: “sendo que o alcoolismo deve ser combatido sem hesitar, pelo contrário, o consumo moderado de vinho não só faz parte da nossa dieta tradicional, mas tem benefícios mais do que provados”. Mais: “a ideia de que as pessoas não sabem distinguir consumo moderado de ab de álcool é uma menorização da inteligência do consumidor”.

A CVRVV é, pois, “completamente contrária” à retirada do vinho da Roda dos Alimentos. Uma “medida que, aliás, é ilusória, pois se o consumo de vinho em Portugal é de 40 litros ‘per capita’, faria muito mais sentido aceitar que ele existe e fazer formação do que negar a sua existência”.



atrás, parece-me no mínimo imprudente”, diz Arlindo Cunha. Depois, “importa considerar que o vinho já não é hoje a bebida alcoólica mais consumida em Portugal e que é cada vez mais preocupante a escalada de bebidas à base de destilados nas camadas mais jovens”.

Não falando do facto de “uma alimentação saudável não se poder aferir apenas pelo que vai para o estômago”. Para Arlindo Cunha, “o fisiológico não pode ser separado do espiritual, do cultural, nem da envolvente local”, diz, citando o relatório da DGS quando fala em “alcançar o sabor desejado e um maior grau de satisfação e envolvimento com as pessoas que partilham a mesma refeição” ou, ainda, que “um padrão alimentar que promove a produção local, as espécies e raças autóctones, o saber produzir e comer locais é também um forte aliado das economias locais e do emprego”.

Arlindo Cunha: “uma alimentação saudável não se poder aferir apenas pelo que vai para o estômago”

O ex-ministro da Agricultura e presidente da CVR do Dão, Arlindo Cunha, adverte que, “ainda recentemente, na publicação da DGS de 2016 “Padrão Alimentar Mediterrânico: promotor de saúde” se afirmava (p. 26) que “a ingestão moderada de vinho tinto parece estar associada, em certas circunstâncias, à redução do risco de doenças cardiovasculares, particularmente devido ao seu teor em compostos bioativos, responsáveis por uma ação antioxidante no organismo humano”. Ou seja, “prevalencia a tese científica de que o consumo moderado de vinho era benéfico para a saúde, devido especialmente “ao resveratrol, um polifenol presente nas uvas a partir das quais se produz o vinho tinto, associado a uma potencial capacidade na prevenção de doenças crónicas e doenças cardiovasculares”.

Ora, “inverter uma política oficial apenas porque surgiu um novo estudo com conclusões contrárias apenas há um ano

Para o presidente da CVR do Dão, região que em 2018 apenas produziu 177 676 hectolitros de vinho, menos 42,9% (134 mil hectolitros) que na vindima anterior, é necessário “discernimento e bom senso”. É que, “num país em que a vitivinicultura ocupa 200 mil hectares de superfície agrícola, envolve aproximadamente o mesmo número de famílias, representa 11% da produção agrícola total e exporta anualmente cerca de 800 milhões de euros, não há dúvidas sobre a importância do setor na economia dos diferentes territórios e na do país no seu conjunto”.

CNA: “induzir a substituição [do vinho] pelo consumo de outras bebidas alcoólicas”

A CNA “não é a favor do consumo, em excesso, de qualquer bebida alcoólica e, muito menos, corrobora que ‘beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses’, como dissera Salazar no Estado Novo”.

Para João Filipe, da Direção da CNA e representante da Confederação no

Conselho Consultivo do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), “o vinho, até há bem pouco tempo, derivado da sua composição, bebido com moderação e às refeições principais era considerado benéfico para a saúde”. Portanto, “não se percebe esta inversão, que pode até resultar numa tentativa de discriminação do produto vinho”.

É um facto que “o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, no geral, é um problema que extravasa qualquer relação com a roda dos alimentos e configura, sem dúvida, um problema social”.

No que se refere ao vinho, “também o consumo em Portugal aumentou” no último ano (2018), “baseado numa avaliação empírica, mas corroborada por vários agentes do setor” e que se deve, por um lado, “ao crescimento do turismo no país, cujos visitantes apresentam preferência, dentro das bebidas alcoólicas, pelo consumo de vinho de origem nacional e, também, pela compra para levar”. Por outro, diz o dirigente da CNA, também se deve “à alteração dos hábitos de consumo, com a proliferação da venda de vinho a copo, que há uns anos praticamente não existia”.

João Filipe tem uma certeza: “a referência na roda dos alimentos mediterrânica ao consumo moderado de vinho às refeições principais não se reflete no aumento do consumo”. Quando muito, diz, “a sua ausência poderá, por omissão, induzir a sua substituição pelo consumo de outras bebidas alcoólicas, algumas até nocivas para a saúde”.

Eduardo Oliveira e Sousa (CAP): “o vinho é uma bebida milenar”

O presidente da CAP faz questão de frisar que “quando se fala em consumo de álcool não está em causa especificamente o vinho”. Sendo embora uma bebida alcoólica, ela “tem características organolépticas que muito o diferenciam das restantes bebidas”. Mais: “o vinho é uma bebida milenar, que tem vindo a acompanhar a evolução de todas as civilizações no mundo”. É, pois, “um elemento fundamental da dieta mediterrânica, associada a hábitos saudáveis e a uma especificidade agroalimentar que nos orgulha no contexto europeu e mesmo mundial”.

Por outro lado, diz o presidente da CAP, “estando o consumo moderado de vinho incluído na roda mediterrânica dos alimentos desde 2016, com o apoio da Medicina, não se compreende que razões possam ter surgido para que, neste curto período, a situação se altere tão profundamente”.

Miguel Anaya (Casa do Douro): “introdução de uma nova moda ‘politicamente correta”

A Região Demarcada do Douro (RDD) também não ignora a possível retirada do vinho da Roda dos Alimentos. Miguel Anaya, Vice-Presidente da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro, refere que “o que se está a passar é a introdução de uma nova moda

‘politicamente correta’ instituída a partir do estudo dos fatores de risco levado a cabo em 195 países e que culminou num estudo global de 2016, com reflexo no artigo da revista LANCET de agosto de 2018”.

Porém, diz, “o título do artigo científico é apenas de que não existem evidências de que o consumo de álcool – e não do vinho em concreto – melhore a saúde”. Ou seja, “o que resulta das conclusões refere-se unicamente ao consumo excessivo de álcool enquanto potencial causa associada a problemas de saúde, bem assim como ao crime e à violência”.

Miguel Anaya acha “curioso” que a proposta para “evitar” o consumo de álcool “é exatamente a que melhor contribuiria para o incremento do preço das

produções vitícolas, como o é o aumento do preço do produto vínicu enquanto condição para o seu não consumo”. De qualquer forma, diz o dirigente da Casa do Douro, “apenas o empolamento de uma questão que sequer se encontra criteriadamente nas opções imediatas da DGS poderá prejudicar a manutenção do vinho enquanto parte integrante das opções alimentares saudáveis em Portugal”.

Os dados do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) referem que a produção de vinho do Porto e DOC Douro na campanha 2018/2019 se fixou nos 1 259 683 hectolitros (1 448 874 hectolitros na campanha 2017/2018). Na próxima vindima, as previsões da Associação de Desenvolvimento da Viticultura Durien-

se (ADVID) apontam para uma produção no Douro de entre 263 mil a 288 mil pipas de vinho (+ 23% face à média da colheita dos últimos cinco anos).

Não obstante, e face sobretudo às quebras nas exportações de vinho do Porto para o Reino Unido (cerca de 23%), o Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) deliberou, em finais de julho, que a RDD apenas vai transformar 108 mil pipas de mosto em vinho do Porto este ano (menos oito mil pipas face à vindima anterior).

Para a realização deste trabalho, a “Vida Económica” também contactou Isabel Marrana, diretora executiva da Associação das Empresas de Vinho do Porto (A EVP). Não enviou qualquer opinião.



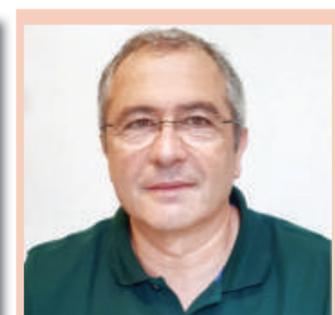
ARLINDO CUNHA
Presidente da Comissão de Viticultura da Região do Dão

“Estar a inverter uma política oficial [DGS de 2016, “Padrão Alimentar Mediterrânico: promotor de saúde”] porque surgiu um novo estudo com conclusões contrárias apenas há um ano atrás, parece-me no mínimo imprudente”



EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA,
Presidente da CAP
Confederação dos Agricultores de Portugal.

Estando o consumo moderado de vinho incluído na roda mediterrânica dos alimentos desde 2016, com o apoio da medicina, não se compreende que razões possam ter surgido para que neste curto período a situação se altere tão profundamente”



JOÃO FILIPE
Direção da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e representante da Confederação no Conselho Consultivo do IVV - Instituto da Vinha e do Vinho.

“O vinho até há bem pouco tempo era considerado benéfico para a saúde, pelo que não se percebe esta inversão, que pode até resultar numa tentativa de discriminação do produto vinho”



JORGE MONTEIRO
Presidente da ViniPortugal

“O que me preocupa não é a roda dos alimentos, mas os princípios que estão por detrás desta atitude, pois é notória a tendência para as medidas simplistas, que mais que resolver os problemas da sociedade criam a ilusão de que os resolvem”



MANUEL PINHEIRO
Presidente da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

“Somos completamente contrários a tal medida, que, aliás, é ilusória, pois se o consumo de vinho em Portugal é de 40 litros ‘per capita’, faria muito mais sentido aceitar que ele existe e fazer formação do que negar a sua existência”



MIGUEL ANAYA
Vice-Presidente da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro.

“Optar pela retirada da menção do consumo moderado de vinho às refeições enquanto componente de uma alimentação adequada contraria frontalmente as próprias indicações da DGS na qualificação do Padrão Alimentar Mediterrânico enquanto promotor de saúde”

era, aí temos o resultado”, diz o Presidente da ViniPortugal comentando as afirmações da Diretora do PNPAS, que

tações, com as remessas para o exterior a atingirem os 64,4 milhões de euros (27 milhões de litros).

Em 2018, o consumo mundial de vinho ascendeu aos 246 milhões de hectolitros, confirmou há dias o diretor-geral da Organização Internacional do Vinho (OIV), Pau Roca, em Genebra (Suíça), durante o 42º Congresso Anual da Organização. Em Portugal, o consumo fixou-se nos 5,5 milhões de hectolitros (5,2 milhões em 2017), ou seja, 62,1 litros ‘per capita’. Já a produção mundial de vinho atingiu os 292 milhões de hectolitros em 2018. Portugal ficou-se pelos 5,9 milhões de hectolitros (-10,3%, face à vindima anterior), confirmam as últimas estatísticas agrícolas publicadas em julho pelo INE.

Investimento em alojamento de imigrantes deve ter apoios do QCA 2020-2030

O Presidente da Câmara de Odemira está “preocupado”, não só com as consequências do crescimento exponencial da imigração no concelho e o envelhecimento da população local, mas, sobretudo, com as linhas orientadoras do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2020-2030, que podem vir a penalizar o Alentejo. Num exclusivo à “Vida Económica” à saída do 3º Colóquio Hortofrutícola em São Teotónio, promovido pela Lusomorango no âmbito da FACECO – Feira das Atividades Culturais e Económicas, José Alberto Guerreiro foi muito claro: o QCA 2020-2030 deve contemplar o Alentejo “com a mesma disponibilidade que têm tido” (Objetivo 1) e, “dentro dessa disponibilidade”, é preciso “linhas de financiamento” ao “alojamento” e para “criar zonas de atratividade e de fixação das pessoas”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Alertou aqui para a sustentabilidade e a responsabilidade social das empresas em relação aos trabalhadores agrícolas, em matéria de integração, condições laborais, alojamento, etc. É uma questão que o preocupa?

José Alberto Guerreiro – É evidente. Não pode haver uma qualquer atividade – e esta não é a única – que não tenha esses fatores em consideração. Obviamente, é preciso que a região cresça do ponto de vista económico, mas que o faça de forma equilibrada. Há diversas atividades aqui, não só no setor primário. Esse é o mais forte, o mais importante, aquele que tem permitido um crescimento mais significativo, mas também temos de ter a noção de que esse crescimento, quando acontece num curto espaço de tempo, tem alguma dificuldade de acomodação em todas essas diferentes situações, como por exemplo a componente social. Todos estamos envolvidos num processo mais participado e também aí, na participação, estou a chamar à responsabilidade do Governo central. As autarquias, as associações não têm obviamente capacidade de responder de forma imediata a todas as solicitações.

VE – Se até há um tempo atrás um dos problemas maiores era a legalização dos imigrantes, hoje há dificuldades principais de alojamento.

JAG – A maior preocupação nunca foi a questão da legalização, porque essa tem autoridades próprias, como o SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras].

VE – Mas havia muita burocracia associada, que limitava a contratação em tempo útil dos trabalhadores para a agricultura.

JAG – Sim, de facto, existia. E, provavelmente, alguma dela justificar-se-ia.



José Alberto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira.

Outra não. Houve alguma alteração nesse quadro. Agora, esse quadro também não pode ser dissociado do efeito prático que tem. Quando as coisas são muito fáceis na entrada, há depois situações mais difíceis, porque as pessoas precisam de estar acomodadas e ter as suas vidas sociais. As pessoas trabalham, mas têm de ter vida social. E, por outro lado, os que cá estão têm de perceber que esse é um processo natural, que nós também fomos emigrantes, também estivemos lá fora. Tem havido um esforço de todos os atores locais, mas ainda é necessário, a nível central, definir algumas regras.

VE – Lançou aqui um repto para o próximo quadro comunitário de apoio.

JAG – Não é um repto. É uma preocupação. Estamos preocupados a dois níveis: que os fundos venham a contemplar o Alentejo com a mesma disponibilidade que têm tido e, dentro dessa disponibilidade, que haja novas linhas de financiamento. Uma delas no sentido de proporcionar condições de maior atratividade e de fixação das pessoas. Não é só abrir as portas e permitir que as pessoas venham exercer uma atividade, mas também quem cá está poder acolher, de forma que as pessoas possam, às tantas, cá ficar e refletir se vale a pena aqui viver. Nós temos um problema demográfico evidente e precisamos de ajudar a fixar pessoas.

VE – Defendeu uma linha para as empresas financiarem os custos com o alojamento dos trabalhadores, por exemplo.

JAG – Há duas situações: as empresas, nas suas atividades, precisam de trabalhadores temporários que podem perfeitamente estar nas quintas e poder ter condições de alojamento e esse alojamento ser elegível. Obviamente, defendemos isso numa escala mediana, porque alguns querem cá ficar a residir, a trabalhar e podem hoje estar nesta ati-

vidade como amanhã estar noutra. Esses, também nós, municípios e as administrações públicas que têm intervenção na matéria, precisam de ter alguma disponibilidade de linhas de financiamento para criar zonas de atratividade.

VE – Mas a que é que chama “zonas de atratividade”?

JAG – Falo em habitação própria e, por outro lado, alguns equipamentos, que são essenciais. E, também, os serviços públicos têm de ter resposta a esse crescimento. Mas há aqui uma questão que é essencial: não há, nunca houve, da UE financiamento às questões do alojamento. Nunca houve. Mas, se nós estamos com um problema demográfico, e se precisamos de criar condições de atratividade, obviamente temos de ter algumas condições novas. E para isso é necessário um reforço significativo. É aí que acho que a UE tem de estar atenta. Ao que parece, coloca-se já essa discussão e parece que poderá haver alguma abertura. E isso, a acontecer, é bom. E estou a falar para estrangeiros, locais e para alguns nacionais que possam vir de outras regiões. Nós precisamos de atrair pessoas e se tivermos atividades [económicas], seja esta [agricultura] ou outras... É que o problema do envelhecimento está em crescimento. E o Alentejo em particular é a região mais fustigada por esse fenómeno.

VE – Volta ao próximo QCA. Qual é a sua reivindicação?

JAG – O Alentejo está no Objetivo 1 dos fundos europeus, ou seja, dos que estão abaixo da média europeia. O crescimento que temos tido [sobretudo nos setores da agricultura e aeronáutica] atira os números para cima e, portanto, se viermos a ultrapassar esses números no global do Alentejo, podemos ficar fora desse objetivo, tal e qual como o Algarve está. Queremos que esses fundos continuem disponíveis, apesar de estarmos a crescer.

PARTICIPANTES NA MESA-REDONDA “O FUTURO DA AGRICULTURA NO PERÍMETRO DE REGA DO MIRA” CONVERGEM

Alterações ao regime de entrada e permanência de cidadãos estrangeiros “abre caminho a muitos comportamentos oportunistas”

As alterações legislativas introduzidas em 2017 e 2018 ao Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional “abre caminho a muitos comportamentos oportunistas”, afirmou João Confraria, docente e investigador da Universidade Católica Portuguesa (UCP), durante uma mesa-redonda em Odemira sobre “O Futuro da Agricultura no Perímetro de Rega do Mira”. A intervenção aconteceu a 19 de julho no âmbito do 3.º Colóquio Hortofrutícola, promovido pelo agrupamento de produtores Lusomorango com o apoio da Associação de Beneficiários do Mira e da Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur (AHS).

A vereadora da Ação Social da Câmara de Odemira tem a mesma opinião. “Se, antes, houve um grande afluxo migratório para dar respostas às necessidades da agricultura, neste momento a agricultura tem as necessidades satisfeitas”. Agora, diz Deolinda Seno Luís, “está a haver um processo de aproveitamento da liberalização da legislação de entrada de pessoas estrangeiras” em Portugal.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, criado pela Lei 23/2007, de 4 de julho, sofreu várias alterações nos últimos dois anos (Lei 102/2017, de 28 de agosto, Lei 26/2018, de 5 de julho, e Decreto Regulamentar 9/2018, de 11 de setembro).

O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, disse em Oeiras, em finais de junho, na apresentação do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2018, que em 2018 se verificou, “pelo terceiro ano consecutivo, um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento de 13,9% face a 2017”.

Hoje, são 480.300 os estrangeiros titulares de autorização de residência. “É o valor mais elevado registado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) desde o seu surgimento em 1976”, disse o governante, o que, disse também, “confirma o retomar da atratividade de Portugal como destino de imigração”. Aliás, 81% dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal fazem parte da população ativa, com preponderância do grupo etário entre os 25 e os 44 anos, refere o Relatório.

Odemira: necessidades adicionais de mão de obra até 2022 preenchidas por imigrantes do Leste e da Ásia

E se é certo que o país “encara como necessária e positiva” a vinda para Portugal de estudantes, trabalhadores, investigadores e investidores estrangeiros em situação legal”, como refere Eduardo Cabrita, a liberalização da legislação que Portugal aprovou nos últimos dois anos pode estar a gerar efeitos perniciosos.

Olhemos para o concelho de Odemira. Está situado no Sudoeste Alentejano, estende-se por 1720,2 km² e é, em área, o maior concelho do país. Ali vêm parar cidadãos de múltiplas nacionalidades: Nepal, Tailândia, Bulgária, Birmânia, Índia, Ucrânia, Vietname, Rússia, Bielorrússia, Honduras, entre outros.

A Lusomorango, organização de produtores (OP) de pequenos frutos (framboesas, mirtilos e amoras) com sede em Odemira, que agrega 42 acionistas e registou um volume de negócios de 54 milhões de euros em 2018 (estimativa de 57 milhões em 2019, de acordo com o seu Presidente, Luís Pinheiro), conhece bem esta realidade. Num estudo publicado em julho, revela: “é previsível que uma boa parte das necessidades adicionais de mão de obra até 2022 seja preenchida por imigrantes vindos do Leste Europeu e de países asiáticos”.

A 19 de julho, na mesa-redonda promovida por esta OP “O Futuro da Agricultura no Perímetro de Rega do Mira”, João Confraria, docente e investigador da UCP, olhou para o que se passa no concelho, onde tem vindo a realizar vários estudos. E mostrou ceticismo.

“O Governo, em 2017 e o ano passado, flexibilizou bastante os requisitos necessários para a obtenção de visto de autorização de residência e, em particular, introduziu a figura legal da presunção da entrada legal, disse. Ou seja: “presume-se que o imigrante entrou legalmente se tiver um contrato de trabalho e tiver descontado para a Segurança Social”.

Figura jurídica da entrada legal: “presume-se que o imigrante entrou legalmente se tiver um contrato de trabalho”

Face a isto, diz João Confraria, “neste momento é muito difícil lermos os dados da imigração por causa das alterações legislativas que se deram”. E mostra preocupação, pois “não sabemos o que é que um imigrante vem para cá fazer”. É que o Governo introduziu a figura da entrada legal, ou seja, “presume-se que o imigrante entrou legalmente se tiver um contrato de trabalho e tiver descontado para a Segurança Social”. O pro-

blema é que “isso abre caminho a muitos comportamentos oportunistas, em que o imigrante faz parte de uma rede em que obtém um contrato de trabalho, em que ele próprio paga para ter um contrato de trabalho e ele próprio paga para a Segurança Social”. E, depois, “há aí umas empresas que fazem negócio com isso”.

A vereadora da Ação Social do município, q u e



também participou na mesa-redonda, apresentou dados: “segundo o SEF [Serviços de Estrangeiros e Fronteiras], que faz parte da estratégia Odemira Integra, e falamos de dados até 31 de dezembro de 2018, no distrito de Beja existiam 9731 imigrantes legalizados”. Mas, frisa Deolinda Seno Luís, “nos picos de campanha este número pode ser o dobro. Ninguém sabe”.

Certo é que, “destes 9731, 63% estão no concelho de Odemira, ou seja, 6124 pessoas legalizadas, 85% das quais homens, o que faz com que, em dezembro, 24,9% da população do concelho fosse imigrante. Ou seja, em cada quatro odemirenses, um é imigrante”.

O problema, diz a vereadora, é que “está a haver um processo de aproveitamento do momento de liberalização da legislação de entrada de pessoas estrangeiras”. Na verdade, “agora não é necessário vir com um

contrato de trabalho; agora basta vir com um visto turístico de um ano e, ao fim de um ano, apresentar contrato de trabalho, que é comprado pelo imigrante, e descontos para a Segurança Social, e já entram no país”.

Pior. Muitos desses imigrantes, garante Deolinda Seno Luís, “vêm através de empresas supostamente de prestação de serviços, que nascem à média de umas 10 por

ano, sublinha a autarca, “conseguem a legalização e entram pelo espaço Schengen [convenção sobre política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre 26 países signatários, 22 dos quais são Estados-Membros da União Europeia (Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia)], bem como a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça”.

“Estão a entrar mensalmente neste território [Odemira] 400 pessoas” por mês

Deolinda Seno Luís ainda soma mais um dado: “o nosso CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes só entre 1 de março e 30 de abril deste ano atendeu 870 pessoas, uma média que anda à volta das 400 por mês”. Contas feitas, “estão a entrar mensalmente neste território 400 pessoas”. Tudo isto tem sido, aliás, “um processo muito intenso e muito repentino. E não houve tempo para as estruturas [de apoio, públicas e sociais] se adaptarem”.

Olhando para estes números, João Confraria tira uma conclusão: “é certa-za que, entre os 400 imigrantes que [a vereadora] referiu que entram por mês, há muitos que não vêm para cá por causa do acréscimo de procura por parte das empresas agrícolas”.

Resta saber o que vêm fazer e que respostas estão a ser e/ou vão dadas no futuro. Odemira, nota o professor da UCP, “está na linha da frente de dois dos maiores problemas da atualidade: a questão da imigração e a do ambiente”. O concelho tem neste momento “cerca de 20% da população residente com origem estrangeira e é dos concelhos de Portugal em que entre a população estrangeira estará o maior número, proporcionalmente, de pessoas com uma cultura diferente da nossa”, o que “levanta problemas específicos”.

É que, diz, “os imigrantes são entendidos, religioso e culturalmente, como pessoas diferentes”. Por outro lado, a comunidade imigrante “é muito grande em relação à população”, o que “gera tensões culturais, preferências, desconfiâncias, até reações negativas, porque de vez em quando até cheira a caril na rua e esse não é o cheiro típico do Alentejo”. Em suma, “a forma como se lida com a absorção desta mão de obra imigrante é decisiva”.

Acima de tudo, esperança. Para este docente e investigador da UCP, as respostas que vierem a ser dadas pelas estruturas do concelho podem transformar Odemira numa “nova centralidade, ou seja, um concelho de referência a nível nacional ou a nível europeu na forma como lida com o afluxo de imigrantes”.

Lusomorango: “é previsível que uma boa parte das necessidades adicionais de mão de obra até 2022 seja preenchida por imigrantes vindos do Leste Europeu e de países asiáticos”

LUSOMORANGO DEBATEU EM SÃO TEOTÓNIO "O FUTURO DA AGRICULTURA NO PERÍMETRO DE REGA DO MIRA"

O que é que o Sudoeste Alentejano tem que a Agricultura tanto quer e o Ambiente limita?

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

No Sudoeste Alentejano o clima é mediterrâneo, mas é indistintamente a influência do Atlântico, que ajuda a manter as temperaturas amenas durante todo o ano mesmo quando no território interior do Alentejo os termómetros superam 40 graus.

No dia 18 de julho, de visita a várias explorações frutícolas no concelho de Odemira, a manhã acordou fresca e solarenga e o sol foi ganhando intensidade. Porém, mesmo à hora do maior pico, quando estávamos no Bloco de Rega 11 do Perímetro de Rega do Mira (PRM), o termómetro não excedeu 26 graus.

"É um clima perfeito", confessa Ferry Enthoven, Sócio-Gerente da Atlantic Growers, que explora em Malavado, Odemira, 32 hectares de ter-

ras (o último bloco, com 6,4 hectares, foi concluído em 2018). A empresa holandesa instalou ali há 20 anos uma moderna unidade para tomate cherry e pimento em hidroponia (cultivo de plantas sem solo), à data considerada projeto PIN (Potencial Interesse Nacional). Dos 32 hectares que detém, "12 não têm produção, são destinados à recuperação ambiental".

Atlantic Growers: tomate cherry sem químicos e em hidroponia

As estufas são em vidro, "as únicas seguráveis", contrariamente às de plástico, que as apólices de seguros não cobrem em caso de intempérie, apenas sendo possível contratar seguro de colheitas. Contígua à estrutura de produção,

instalaram uma central de cogeração que produz 3,350 kW de energia elétrica, CO2 e calor para aquecer a água utilizada nas estufas.

É lá que trabalham 150 pessoas e onde, com 'know-how' holandês, tudo é controlado informaticamente ao pormenor. "Usamos e abusamos da agricultura de precisão, aqui tudo é controlado em termos de luz, humidade, água, dióxido de carbono e conseguimos três a quatro vezes mais produtividade por trabalhar em hidroponia", diz Ferry Enthoven. Apesar do pesado investimento de um milhão de euros por hectare, fazer agricultura em Odemira "compensa", diz. Produzem 12 meses por ano, ao contrário da Holanda, onde têm "falta de luz", ou de Espanha, país onde a luz natural abunda, mas, devido ao calor, só con-

seguem produzir "seis a sete meses por ano".

Por isso é que o slogan 'atlantic breeze taste' com que a associação Portugal Fresh se tem vindo a apresentar nos últimos anos nas feiras mundiais de frutas e legumes – Fruit Attraction (Madrid) e Fruit Logistics (Berlim) – faz jus à origem dos hortofrutícolas com origem nesta soalheira região bafejada pelo Atlântico.

G.O. Berrys: framboesas e mirtilos fruto de um trabalho minucioso

A G.O. Berrys que o diga. Em Odemira explora 26 hectares e produz por ano 3,2 milhões de quilos de framboesas e mirtilos, 99% para exportação. Investiu 2,5 milhões de euros na plantação – não contando a aquisição do terreno – e, com os cerca de 800 tra-

balhadores (da Índia, Nepal, Bangladesh, Paquistão, entre outras nacionalidades), colhe 30 toneladas/hectare/ano de frutos vermelhos. Os túneis de estufas ali são em plástico, assentes em estruturas metálicas. Têm "um período de vida útil de 20 anos", revela Loic de Oliveira, Diretor de Produção. Cada planta de framboesa dá "duas produções por ano", mas apenas produz de forma rentável "durante cinco anos".

"A poda e a colheita é toda manual", "um trabalho delicado e minucioso", garante Loic de Oliveira. Daí a importância da qualidade da mão-de-obra. A empresa, acionista da organização de produtores (OP) Lusomorango, assegura 27% da faturação da OP.

Colhido o fruto, este é selecionado, acondicionado e transportado minutos depois,

em ambiente refrigerado, para o armazém da multinacional americana Driscoll's, também instalada em Odemira. De lá, após verificação das quantidades, calibres e controlo da qualidade, o produto segue em camião frigorífico para os clientes. Em dois dias chega ao Norte da Europa.

Driscoll's vai "crescer 50% a 100% em cinco anos"

No ano em que celebra o 15º aniversário em Portugal, a multinacional americana Driscoll's, o maior 'player' nacional de pequenos frutos e um dos mais importantes da Europa, que opera no Ribatejo, Sudoeste Alentejano e no Algarve, inaugurou um novo armazém de frio na Boavista dos Pinheiros. O espaço de 6500 m2 que a "Vida Económica" visitou, situado fora do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina,



representa um investimento de sete milhões de euros, incluindo o terreno. A empresa compra 90 milhões de euros anuais de frutas, 65% das quais frutos vermelhos, que exporta sobretudo para o Reino Unido, Alemanha – "um mercado muito importante", frisa António Corrêa Nunes, Diretor de Operações em Portugal -, França, Espanha e todo o Norte da Europa.

A "Vida Económica" António Corrêa Nunes revela: "as nossas previsões de crescimento vão entre 50% a 100% nos próximos cinco anos". O Diretor de Operações em Portugal da Driscoll's é taxativo: "mais de 50% das exportações de frutos vermelhos de Portugal são nossas (sem o morango)". O caminho para o futuro está traçado: "não queremos mais produtores; agora é altura de todos os nossos produtores alargarem a escala e ganharem músculo".

PUB

VidaEconómica

Ferramentas essenciais para si ou para a sua empresa.



Marketing Agroalimentar

Páginas: 256

PVP: €17.90

Os Trilhos do Marketing Agroalimentar

Páginas: 195

PVP: €16.60

NÃO PERCA!

PORTES GRÁTIS

* Nas encomendas de valor inferior a 20€ acrescem 3€ para despesas de expedição.

Encomende já:
encomendas@vidaeconomica.pt

<http://livraria.vidaeconomica.pt> 223 399 400

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

Área de estufas no Sudoeste Alentejano tem potencial para duplicar

O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é paisagem protegida desde 1995 (Decreto Regulamentar nº 26/95, de 21 de setembro). A Costa Sudoeste é um dos locais mais ricos em biodiversidade, com 35 habitats naturais, nove dos quais classificados como prioritários.

A área de estufas destinadas à agricultura e, em concreto, à cultura dos pequenos frutos já ocupa 1200 hectares no Perímetro de Rega do Mira (PRM), mas há potencial para "crescer o dobro ou mais", garante Castelão Rodrigues, vogal do conselho diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e diretor-geral para a região do Algarve.

A Lusomorango, organização de produtores (OP) de pequenos frutos (framboesas, mirtilos e amoras) que agrega 42 acionistas e registou um volume de negócios de 54 milhões de euros em 2018, garante que este é, "porventura, um dos territórios em Portugal com maior potencial agrícola". Isto, apesar de o quadro regulamentar se ter "intensificado" com a transposição das diretivas comunitárias sobre aves e habitats e as imposições da Rede Natura 2000, uma rede ecológica para o espaço comunitário da UE que visa assegurar a conservação a longo prazo das espécies e habitats mais ameaçados da Europa.

Há, porém, boas notícias para os investidores agrícolas na região. Castelão Rodrigues do ICNF, que participou na mesa redonda "O Futuro da Agricultura no Perímetro de Rega do

Mira" em Odemira, no âmbito 3.º Colóquio Hortofrutícola, a 19 de julho, promovido pela Lusomorango, tranquilizou os produtores agrícolas. Ainda que possa ter desassossegado os ambientalistas.

Frisou que "há regras que têm de ser cumpridas" e que "é preciso compatibilizar a agricultura com o ambiente". Assegurou, no entanto, às várias dezenas de produtores, investidores, técnicos e gestores presentes no Colóquio em São Teotónio que, à volta do Perímetro de Rega do Mira (PRM), "há perfeitamente margem para crescimento, até porque a ocupação [de estufas] pode ir até 30% do perímetro de rega".

Ora, "neste momento o PRM tem uma ocupação de 12 mil hectares de área beneficiada e 30% de 12 mil hectares dá 3600 hectares", disse Castelão Rodrigues. E "neste momento estamos com 1200 hectares de estufas, o que significa que ainda podemos crescer o dobro ou mais. Há potencial para crescer", garantiu o responsável do ICNF, advertindo, no entanto, que esse "crescimento tem de ser sustentado, com contrapartidas ambientais". Para Castelão Rodrigues, tem de "haver áreas de compensação dos valores naturais, da fauna, da flora". Se assim for, "poderá haver lugar a investimentos agrícolas", mas, atenção, falamos de "uma agricultura amiga do ambiente, sustentável, quer nas questões ambientais, económicas e sociais".

Confrontado com o facto de as empresas se queixarem que, para verem

aprovados projetos de investimento, seja na área produtiva, seja até para instalar estruturas de apoio à produção é necessária uma multiplicidade de pareceres de várias instituições, que demoram meses a ser emitidos e que, por vezes, as próprias instituições não se entendem entre elas, o responsável do ICNF compreendeu. E deixou uma nota de esperança.

"Os municípios estão obrigados a rever os seus Planos Diretores Municipais (PDM) até 31 de dezembro de 2020 e os planos de ordenamento passam todos a programas". É certo que, "neste momento, um plano de ordenamento tem prevalência sobre os outros instrumentos de ordenamento do território, mas, passando a programa, passa a ser integrado nos PDM, que passam a ter gestão municipal". E Castelão Rodrigues não tem dúvidas: "já não vão necessitar de toda essa panóplia de pareceres".

Perímetro de Rega do Mira abastece 1320 regantes

O potencial do Sudoeste Alentejano advém da localização e do clima, mas, sobretudo, da construção do PRM, hoje com uma área equipada de 15.200 hectares e uma área beneficiada de 12 mil hectares e cuja água (65 milhões de m3 por ano) para rega, abastecimento urbano, industrial e piscicultura é proveniente da albufeira criada pela Barragem de Santa Clara, no rio Mira. O total da rede de adução é de cerca de 598 quilómetros, dos quais cerca de 178 constituem a rede

primária. A rede terciária inicia-se nos canais e distribuidores, assegurando a condução de água até às parcelas. Só para a agricultura estão a funcionar 98 bocas de rega que abastecem 1320 regantes, revela Carla Lúcio, técnica superior da empresa que gere o PRM.

A pedido da Lusomorango, a Universidade Católica Portuguesa (UCP) está a concluir um estudo sobre o impacto do crescimento da hortofruticultura na economia de Odemira. Os resultados preliminares facultados à "Vida Económica" mostram que "a hortofruticultura, com vendas estimadas em 211 milhões de euros em 2017, foi responsável pela maior parte das exportações do concelho e contribuiu direta e indiretamente com 101 milhões de euros para PIB de Odemira, a preços de 2015".

Esta foi "a principal fonte do crescimento verificado nos últimos anos", sendo que, ao mesmo tempo, "a hortofruticultura deu uma importante contribuição para a valorização da propriedade agrícola e urbana no concelho de Odemira".

Nos próximos anos, o mesmo estudo da UCP, coordenado por João Confraria, do Centro de Estudos Aplicados, prevê "a continuação do crescimento do setor hortofrutícola", estimando-se que área destinada a esta produção agrícola atinja os 4977 hectares em 2022. Nesse ano, a hortofruticultura deverá ser responsável pela criação de 12.800 empregos em Odemira e por uma contribuição para o VAB (Valor Acrescentado Bruto) de 203,4 milhões de euros.

Governo reforça poderes da ASAE e não agrava coimas nas vendas com prejuízo

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Governo aprovou a 1 de agosto, em Conselho de Ministros, um diploma que altera o decreto-lei 166/2013, de 27 de dezembro, que regula as Práticas Individuais Restritivas do Comércio (PIRC).

A notícia da revisão do diploma tinha sido avançada em primeira mão à "Vida Económica" pelo Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira, no início de julho, no dia da visita institucional à primeira loja Mercadona em Portugal, em Gaia.

Porém, e ao contrário do que havia revelado Luís Medeiros Vieira, não vai haver qualquer agravamento das coimas a aplicar em caso de incumprimento. "As contraordenações previstas no Decreto-Lei em vigor [n.º 166/2013, de 27 de dezembro] não viram o seu regime contraordenacional alterado", garantiu à "Vida Económica" fonte oficial do Ministério da Economia.



A lei vai, portanto, continuar a aplicar às pessoas individuais em situação de incumprimento coimas entre 250 e 20 mil euros, graduando as contraordenações em função da dimensão das empresas. As coimas às microempresas variam entre 500 e 50 mil euros e as das pequenas empresas variam entre 750 e 150 mil euros. Nas médias empresas variam entre 1000 e 450 mil euros e nas empresas de grande dimensão oscilam entre 2500 e 2,5 milhões de euros.

Entre as principais alterações agora aprovadas está a aplicação da lei às práticas comerciais que ocorram em Portugal - e não apenas às empresas

estabelecidas no país - e a introdução do princípio da reciprocidade nos contratos e acordos entre organizações. Passa também a estar claro que os operadores económicos estão obrigados a facultar e a possuir tabelas de preços com as condições de venda, havendo maior articulação deste regime com o regime jurídico da Concorrência.

Sobre as práticas negociais abusivas alarga-se o leque de

proibições. Por exemplo, é proibida a aplicação de sanções contratuais exorbitantes, bem como contrapartidas que não sejam efetivas e proporcionais. Também aumentam as proibições face a práticas que hoje são apenas aplicáveis ao setor agroalimentar a todos os setores quando estejam envolvidas micro ou pequenas empresas. Por outro lado, a entidade fiscalizadora - ASAE -, vê reforçados os poderes, como a possibilidade de desencadeamento de ações para repressão de práticas negociais abusivas e agora com a garantia de confidencialidade quanto aos denunciante

de práticas restritivas proibidas.

Há duas situações principais de práticas individuais restritivas do comércio. Uma, quando uma empresa pratica preços ou condições de venda discriminatórios relativamente a prestações equivalentes (diferentes prazos de execução das encomendas ou de diferentes modalidades de embalagem, entrega, transporte e pagamento). Outra, quando uma empresa oferece para venda ou vende um bem a uma empresa ou consumidor por preço inferior ao preço de compra efetivo.

O Ministério da Economia garante que o novo diploma "vem contribuir para a clarificação, interpretação e fiscalização do conceito de venda com prejuízo, nomeadamente ao estabelecer que todos os descontos diretos concedidos na venda de um produto são considerados na determinação do preço de venda". Entre eles, os que são concedidos "de forma diferida, desde que se destinem a que mais tarde se compre o mesmo bem".

Farinha de inseto da 'Portugal Bugs' vence concurso 'JUMP' em Famalicão

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Desenvolver diversas alternativas alimentares naturais com incorporação de farinha de inseto é a proposta da 'Portugal Bugs', que acaba de receber um impulso de cinco mil euros para o desenvolvimento do seu negócio.

A startup de Guilherme Pereira e Sara Martins, do Porto, venceu o concurso 'JUMP', promovido pela Câmara Municipal de Famalicão, através do 'Famalicão Made In', em parceria com o Parque de Ciência e

Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC) e algumas empresas do concelho. Para além do prémio monetário, a 'Portugal Bugs' conquistou o direito a instalar-se gratuitamente durante um ano na incubadora 'Famalicão Made In', com acesso a um programa de aceleração de negócios.

Os empreendedores têm já formuladas quatro barras proteicas, algumas formulações de massa proteicas e também os próprios insetos desidratados temperados, contando ainda com a própria farinha de inseto. A empresa procura destacar-se

como marca pioneira do setor em Portugal, ao serem produtores e transformadores de insetos.

A ECO2Blocks, de Alan Cunha e Vitor Sanches, da Covilhã, que transforma resíduos da indústria em produtos de alta qualidade para a construção civil, absorvendo CO2 no seu processo produtivo, foi a segunda ideia vencedora do concurso. E, para além do direito à instalação gratuita na Incubadora 'Famalicão Made In', arrecadou um prémio monetário no valor de mil e quinhentos euros.

A fechar o pódio, a 'White Stamp', de Pedro Santos e Marta Rito, do Porto, apresentaram-se com uma proposta de programa colaborativo que conecta o mercado de primeira mão com o de segunda mão. Permite que retalhistas de moda 'premium' incentivem os seus consumidores digitais a trocarem artigos de moda usados por novos. A 'White Stamp' conquistou igualmente o direito a instalar-se na Incubadora 'Famalicão Made In' e recebeu um prémio monetário de mil euros.

Foram 15 as ideias de negócio que passaram à segunda

fase do concurso, sendo que apenas cinco foram provenientes de Vila Nova de Famalicão. O vereador da Economia e Empreendedorismo, Augusto Lima, traçou "um balanço muito positivo desta primeira edição do 'JUMP', com mais de 75% de participantes fora do concelho, permitindo atrair novos projetos para o território que era um dos objetivos do concurso". O autarca também elogiou a qualidade dos concorrentes com projetos "muito acima da média, de enorme qualidade, e com muita possibilidade de desenvolvimento".

Schreiber Foods em laboração contínua para reforçar produção em Portugal

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Schreiber Foods, multinacional americana que oficializou a compra à Danone em setembro de 2013 da unidade industrial de Castelo Branco de produtos lácteos, está a "equacionar a implementação de novas linhas de produção" naquela fábrica para reforçar a produção e responder aos pedidos dos clientes.

Para satisfazer essa necessidade, requereu autorização ao Governo para operar em regime de laboração contínua, sete dias por semana. O despacho

de autorização foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego de 22 de julho, ao abrigo do número 3 do artigo 16.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro. Vem assinado pelos secretários de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira, e do Emprego, Miguel Filipe Pardal Cabrita.

A multinacional de produtos lácteos fundamentou o pedido com base em "razões, essencialmente, de ordem técnica e económica, face ao acréscimo de produção e ao plano de investimento, que permite a produção industrial e comercia-

lização de produtos lácteos, à escala nacional e internacional", lê-se no despacho publicado.

O mesmo documento refere que do plano de crescimento da Schreiber Foods, decorrente da aquisição da fábrica de Castelo Branco ao grupo Danone Portugal, "resultou a transferência para esta [fábrica] de apreciáveis volumes produzidos".

A Schreiber Foods refere ainda a "implementação de uma nova linha de produção, que permite consolidar o futuro desta fábrica", com vista ao "crescimento sustentado da mesma, flexibilizando os recursos e as

linhas de produção existentes".

Assim, a laboração em sete dias por semana "permitirá dar resposta aos pedidos dos clientes, quer no que respeita às quantidades necessárias de produto, quer à inovação num mercado tão dinâmico como os iogurtes, encontrando-se a empresa no presente a equacionar a implementação de novas linhas de produção que permitam equilibrar a situação descrita", lê-se no despacho.

A multinacional americana, fundada em 1945 e liderada por Mike Haddad, é especializada em iogurtes, queijos naturais,

queijos processados e queijos cremosos. Emprega mais de 8000 funcionários em toda a América do Norte, Europa, América do Sul e Ásia. Após a aquisição da unidade industrial de Castelo Branco à Danone, a Schreiber Foods investiu, um ano mais tarde, numa nova linha de produção, tendo passado a fabricar iogurtes para as marcas dos clientes. Emprega cerca de 100 pessoas. Desconhece-se o volume de faturação. A "Vida Económica" não conseguiu chegar à fala com nenhum responsável da unidade, que é gerida a partir de Madrid.